

A exigência sazonal de mão-de-obra na agricultura e o trabalho temporário dos nacionais (São Paulo, 1890-1915)

Resumo

Este trabalho mostra a importância de se levar em conta uma peculiaridade da atividade agrícola – a exigência sazonal de mão de obra – para entender aspectos da transição da escravidão para o trabalho livre em São Paulo, especialmente no que se refere ao trabalhador nacional. Tanto os trabalhos da agricultura para exportação quanto os da agricultura de subsistência apresentavam picos de alta e baixa necessidade de trabalho, o que afetava diretamente o modo como se dava tanto a oferta quanto a demanda de mão de obra no mundo agrícola paulista, implicando na generalização na bibliografia no “quase não-trabalho” dos nacionais. Este artigo coloca em discussão esta questão, mostrando que o trabalho dos nacionais não era “residual” e “marginal” mas estrutural.

Introdução

Muito se tem escrito sobre a transição para o trabalho livre em São Paulo. Em boa parte da historiografia sobre o assunto, desde os textos pioneiros até os mais recentes, é enfatizada a presença do imigrante europeu e a concomitante “quase ausência” do brasileiro nesta transição (Beiguelman, 1971; Franco, 1983; Kowarick, 1987; Vangelista, 1991). Para estes autores, o brasileiro, também chamado “nacional”, viveu uma quase marginalização no mercado de trabalho. Tendo ficado praticamente à parte dele, eram “*homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade*” (Franco, 1983:12).

Várias são as justificativas levantadas pela historiografia para a não incorporação deste elemento da oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho antes e mesmo logo após a abolição da escravidão em 1888. Um grupo de justificativas se refere a aspectos culturais e morais. No que diz respeito ao trabalhador, há justificativas que centralizam a atenção em obstáculos impostos pelo próprio trabalhador nacional, como o gosto pela mobilidade espacial, a desnecessidade de participar das atividades econômicas mais regulares ou a repulsa que sentiam pelo trabalho, fruto da escravidão (Franco, 1983; Beiguelman, 1971; Kowarick, 1987; Gorender, 1985; Martins, 1979). No que diz respeito aos fazendeiros, essas justificativas colocam ênfase nas representações sociais que eles tinham deste trabalhador (indolente, vadio e que exigia altos salários) (Viotti da Costa, 1966; Kowarick, 1987) e da preferência que tinham por mantê-los como agregados para a manutenção de vínculos patrimoniais (Furtado, 1959). Um outro grupo de justificativas são de cunho econômico, detendo-se em aspectos como o alto custo de transporte de trabalhadores de outras regiões para as áreas em expansão (Furtado, 1959) e a extensão das terras disponíveis que lhes permitia viver da cultura de subsistência (Furtado, 1959; Franco, 1983, Viotti da Costa, 1966, Stolcke, 1986, entre

outros).

A tese de que esses trabalhadores ocupavam um lugar “marginal” e “residual” no mercado de trabalho acabou por refletir-se na sua “quase marginalização” na historiografia. Apesar de alguns historiadores terem tentado resgatar estes “homens esquecidos”, como fizeram Peter Eisenberg (1989) e Warren Dean (1977) e apesar de estudos recentes virem demonstrando sua importante participação na lavoura para exportação em São Paulo, ainda paira na bibliografia a generalização das experiências com o imigrante para quase todo o território paulista e a quase exclusão do elemento nacional do mercado de trabalho em gestação no Estado.

Pensamos, no entanto, que o aprofundamento do estudo do padrão de demanda e de oferta de mão-de-obra naquele período é um importante fator a ser considerado para mostrar tanto o *efetivo* trabalho dos nacionais, quanto o *modo* como eles eram utilizados no mundo do trabalho e também para explicar a generalização por parte das fontes e bibliografia de seu “quase não trabalho”. Mais especificamente, pensamos que é necessário levar em conta uma característica marcante do setor agrícola, isto é, as exigências sazonais e incertas por mão-de-obra (e que parece ter tido pouca atenção por parte dos historiadores) para entender como ela implicou no modo como estes trabalhadores se encaixaram no mundo do trabalho e, além do mais, como este modo implicou na disseminação da idéia de seu “quase não trabalho”.

É importante ressaltar aqui, no entanto, que este resgate que vimos tentando fazer não é isolado. Alguns autores vêm resgatando, em maior ou menor medida, este padrão sazonal de demanda por mão-de-obra na agricultura para melhor entender a transição da escravidão para o trabalho livre em São Paulo. Entre eles estão Maria Lúcia Lamounier, Denise Soares de Moura e Rosane Messias.

Num primeiro trabalho, Maria Lúcia Lamounier (2000) relacionou a questão da falta ou abundância de mão-de-obra para os trabalhos de construção de ferrovias aos períodos de picos de demanda por mão-de-obra nas *fazendas cafeeiras*. Já num segundo trabalho (Lamounier, 2007), a autora relacionou a abundância ou escassez de mão-de-obra para as ferrovias também aos períodos de alta ou baixa demanda por trabalho na agricultura, mas, desta vez à pequena agricultura de alimentos.

Denise Moura (2006), segue esta linha de raciocínio mostrando que ao se estudar o trabalhador nacional é necessário especificar e entender melhor a qual elemento (dentro da ampla camada denominada trabalhador nacional) se está referindo. Se este for o pequeno agricultor de alimentos, há de se levar em conta a questão da sazonalidade da pequena lavoura alimentar para se entender o modo de inserção deste trabalhador nas grandes propriedades.

Rosane Messias (2003), por meio de documentação de fazendas de São Carlos do Pinhal, descobriu vários destes trabalhadores nacionais que se engajavam temporariamente nas fazendas

principalmente nas épocas de colheita de café e que voltavam ano após ano a trabalhar nas mesmas plantações.

A sazonalidade do trabalho na agricultura

O mercado de trabalho na agricultura guarda uma especificidade muito própria. Nela, o trabalho não é como aquele que se faz na fábrica ou na oficina. Ele não é o trabalho padronizado, contínuo, previsível, linear e relativamente independente dos ciclos naturais. O trabalho agrícola é sujeito ao ciclo de vida de cada planta, sujeito às intempéries climáticas e, principalmente, sujeito às épocas do ano - de frio, de chuvas, de sol intenso ou de geada. Estes fatores fazem com que, na agricultura, a demanda por trabalho não seja estável ao longo do ano agrícola, isto é, o tipo e a quantidade de trabalhos requeridos ao longo do processo de produção variam muito ao longo do ano.

O ciclo vegetativo, as estações do ano e as diferentes atividades que devem ser realizadas em cada etapa do ciclo (plantar, cultivar, colher) condicionam momentos de “mais trabalho” ou “menos trabalho” e, até mesmo, momentos de “vacância”, quando praticamente não se trabalhava.

No período aqui estudado, em que a produção agropecuária ainda estava quase que totalmente sujeita a determinações naturais, visto que a modernização tecnológica no campo ainda estava longe de acontecer, o processo de trabalho apresentava uma grande oscilação sazonal quanto às exigências de mão de obra. Como avaliou José Graziano da Silva, estudando o progresso técnico na agricultura paulista durante o século XX: “...quando a produção agropecuária está ainda sujeita às determinações naturais, a quantidade de pessoas necessárias para trabalhar numa atividade qualquer varia conforme as estações do ano, porque é em função das mesmas que se fixa o período de produção dessa atividade”(Graziano, 1981: 40)

O lavrador tinha bem menor controle sobre os mais diversos fatores que influenciavam a produção, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Assim, temperatura e umidade, fatores essenciais para o florescimento e amadurecimento adequado da plantação, eram praticamente incontroláveis fazendo com que o melhor momento para plantar ou semear, o melhor momento para cultivar ou colher fossem (e sejam ainda hoje em muitos casos) ditados pelas variações climáticas. Plantar determinada variedade mais tarde que o recomendado, quando os dias diminuem de luminosidade, fazia com que a planta florescesse mais cedo, não completando o seu ciclo vegetativo normal. Praticamente todas as tarefas do mundo agrícola tinha, portanto, momento certo para serem efetuadas: “*O mês de fevereiro é pouco favorável para a incubação de aves, castração de animais, corte de madeira e fatura de obras. Essas coisas devem ser feitas no devido tempo para que surtam o efeito desejado*” (Almanach Ilustrado do Lavrador Paulista, 1906: 21).

Assim, em determinadas épocas – especialmente por ocasião do plantio e da colheita – a

necessidade de braços se elevava repentinamente para uma dada área ou volume de produção. Às vezes, esse período de “pico” de necessidades de trabalho era muito curto, especialmente no caso da colheita de produtos altamente perecíveis. Outras vezes era mais longo, prolongando-se por meses. Terminado o plantio e/ou colheita, seguia-se um período de menor atividade nas lides agrícolas, como é o caso da época dos tratos culturais e/ou preparo do solo, respectivamente (Graziano, 1981: 49; Brandão, 1983: 57).

A essa variação nas exigências de mão de obra somavam-se os tempos de *não-trabalho*. Além de ter oscilações, a ocupação da mão-de-obra na agricultura não é contínua como o é na grande maioria dos ramos industriais, havendo momentos em que simplesmente não havia trabalhos a realizar. Por exemplo, independentemente da planta cultivada, as épocas de chuva eram épocas em que quase não se trabalhava.

Entre os períodos que demandavam mais trabalho (plantio e colheita), o das colheitas demandavam ainda mais, pois quase sempre coincidia com o beneficiamento do fruto colhido. Além disso, as colheitas muitas vezes deviam ser feitas numa velocidade maior, sob o risco de perder boa parte dos frutos maduros: “(em abril) os fazendeiros de café devem abandonar tudo para colherem o café despulpado, porque há lugares em que o café amadurece de uma vez, e então torna-se impossível despulpar mais da metade da colheita; o resto só fica preparado como café ordinário que se vende pela metade ou dous terços do café lavado” (Calendario Agrícola, 1869: 49).

Havia na agricultura, portanto, momentos em que a atividade era intensa, seja porque coincidiam o ciclo das várias plantas, seja pela coincidência da colheita e beneficiamento, ou seja pela necessidade de aproveitar o tempo seco (tempo das colheitas) para a realização das várias tarefas (agrícolas e não agrícolas) do meio rural.

Estação seca: tempo de trabalho

O calendário agrícola brasileiro costumava ser dividido em duas estações bem delimitadas: estação quente ou estação das águas, que ia de setembro a abril; e estação fria ou da seca, que ia de abril a setembro.

A estação fria ou seca era a estação das colheitas que se processavam no hemisfério sul. Quase todos os tipos de plantas tinham sua colheita nesta época do ano, sejam as de ciclo vegetativo curto (que são plantadas e colhidas logo em seguida, como as leguminosas), sejam as permanentes (como o café) ou, ainda, as temporárias (como a cana-de-açúcar e o algodão). Assim é que, entre os meses de abril e setembro, o volume de trabalho na agricultura era intenso. Neste período, a demanda por trabalho era bem maior que nas outras épocas não apenas pelos frutos terem de ser

colhidos (e muitas deles logo em seguida beneficiados), mas, também, porque era necessário aproveitar o tempo seco para as mais diversas atividades não agrícolas, como fatura de obras, consertos de estradas e de caminhos e criação de animais. De acordo com o Código de Posturas do município de Itu, por exemplo, “na estação secca de abril a julho o inspector fará o contractante dar começo ás obras da estrada”. (A Cidade de Ytú, 07/06/1896).

Além do mais, as mercadorias produzidas nas fazendas deviam ser transportadas logo, pois as estações chuvosas provocavam enchentes e alagamentos nas estradas de rodagem, dificultando o transporte das mercadorias. (Relatório da Secretaria da Agricultura, 1902)

Muitas das tarefas, então, acabavam por ficar concentradas no período entre abril e julho (mais tardar, agosto): “*Neste mês (abril) realiza-se a colheita do milho, do arroz e dos feijões precoces. Também se faz a colheita dos primeiros cafés... Corta-se a cana de açúcar... Como é a época das secas, é neste período, também que se fazem os reparos nas estradas e nas instalações das fazendas. São trabalhos que devem ser feitos logo, neste mês: a limpa dos pastos, a reparação das cercas, a limpeza dos tapumes...*” (Almanach Ilustrado do Lavrador paulista, 1906: 23).

Abril também era a época adequada para a horticultura e para a preparação do solo Também era neste período de seca, mais precisamente em maio que, concomitante à colheita do café, devia ser preparada a terra para a plantação das mais diversas culturas:

“*Continua a derrubada do mato grosso, a roçagem das capoeiras, a rotea... Termina-se a limpeza dos pastos e o destocamento das terras desbravadas, reparam-se as cercas, desobstruem-se os regos e vallados, e conclue-se o concerto das dependencias da fazenda (...)* A colheita do café e o serviço do terreiro constituem a grande faina do mez; mas o preparo da terra destinada ao plantio dos outros vegetaes não deve ser negligenciado (...) Faz-se a provisão necessaria de lenha para o gasto do anno, agora que as baixadas estão enxutas e podem ser percorridas pelos carros” (Almanach Ilustrado do Lavrador paulista, 1906: 25-26).

Julho ainda era o mês em que se faziam as demais atividades que deviam aproveitar o tempo seco: “(...) *Julho é mês proprio para corte de madeira e castração de animais da fazenda, sobretudo porcos...*” (Almanach Ilustrado do Lavrador paulista, 1906: 26-27).

Setembro era a época mais adequada para o plantio, atividade que, após a colheita, exigia mais mão de obra: “*Ei-nos chegados ao mês das plantações para todo o hemisfério do Sul (...)* Em setembro semeiam-se, pois, todas as plantas indigenas e as estrangeiras já aclimadas no nosso hemispherio. Plantam-se agora: milho, feijão, arroz, algodão, canna, quiabo, mandioca, mamona, abobora, batata doce e ingleza, inhame, etc. semeiam-se fumo, arvores fructíferas e de madeira de lei...” (Almanach Ilustrado do Lavrador paulista, 1906: 28).

Como a estrutura produtiva das fazendas paulistas exigia uma quantidade grande de trabalho e de trabalhadores (pessoal para o serviço da lavoura, para o serviço do beneficiamento, para o

cuidado dos animais, para a manutenção das instalações da fazenda, para o transporte do fruto das colheitas, podadores, etc.) e como estas atividades não eram contínuas ao longo do tempo (pelo contrário, muitas delas coincidiam) percebe-se que a demanda por trabalho nas fazendas era bastante irregular, com picos e baixas bem marcados. Percebe-se também que o trabalho na agricultura de subsistência era do mesmo modo, irregular e descontínuo.

Estação chuvosa: tempo de vacância

Em outubro começava a diminuir a necessidade de mão-de-obra na agricultura e entre novembro e fevereiro dava-se o período em que as exigências de trabalho eram as menores do ano agrícola. O calor intenso e as chuvas tornavam inviáveis diversos trabalhos, especialmente quanto à plantação: *“Bem poucos são os serviços culturaes que se praticam neste mez. Não se fazem mais colheitas; as roçadas já não são possíveis; restam apenas os trabalhos de capina e alguma sementeira atrasada (...) a plantação de novembro é condenável por dois motivos principaes: em primeiro lugar, a maturação corre risco de ser prejudicada pelo frio do outono e depois os trabalhos são muito mais custosos e incertos, devido á persistencia das chuvas. Esta plantação é forçada e só deverá ser executada em caso de força maior (...) Novembro é mau mez para chocar galinhas e castrar animais domesticos”* (Almanach Ilustrado do Lavrador paulista, 1906: 28-29).

Em dezembro, mês em que tem início o calor e as chuvas de verão, trabalhava-se menos ainda: *“Em regra não se planta cousa alguma durante o mez de Dezembro; o único serviço que tem plena atividade neste mez é a colheita de cereaes, cultivados pela rotina”* (Almanach Ilustrado do Lavrador paulista, 1906: 30).

Podemos concluir, portanto, que as demandas sazonais por trabalho que cada planta implicava, quando sobrepostas, faziam com que, num período específico do ano, houvessem picos muito marcados por demanda de mão-de-obra, visto que nele coincidiam não só as colheitas das principais culturas comerciais do estado de São Paulo (café e cana-de-açúcar), mas também a horticultura e a cultura dos cereais e, ainda, as atividades de castração de animais e obras em geral (consertos de estradas e cercas, por exemplo). Isso implicava que o fazendeiro teria de lidar com essa peculiaridade do mercado de trabalho agrícola, adotando medidas e acordos de trabalho que possibilitassem adequar a quantidade de mão-de-obra às necessidades sazonais muito marcadas:

“Em summa, o lavrador deve proceder de modo que tenha o menor numero de trabalhos a executar em Dezembro. Basta considerar o que se dá todos os annos. Muitas vezes o fazendeiro tem grandes turmas pagas por dia e, vindo a invernada, vê-se forçado a pagar-lhes, sem que tenham occupação” (Almanach Ilustrado do Lavrador paulista, 1906: 30).

Em decorrência das exigências sazonais de mão-de-obra, o mercado de trabalho agrícola era em grande parte formado por trabalho temporário, com contratos (muitas vezes verbais) para tarefas específicas e por tempo determinado. Queremos salientar que este mercado de mão-de-obra temporário era afetado tanto pela demanda quanto pela oferta, ambas sazonais. Como vimos, não apenas a demanda por mão-de-obra nas lavouras para exportação era bastante cíclica, mas também uma importante parcela da oferta potencial de trabalhadores (aquela que tinha, de alguma maneira, acesso à terra) também era sazonal.

Além disso, queremos salientar que a sazonalidade do trabalho agrícola, gerando necessidades sazonais de trabalho, criava períodos de pico e baixa de solicitação de trabalhadores. Para o trabalhador, isso implicava (des)emprego temporário ou, para aqueles que tinham acesso à terra, a possibilidade de complementação da renda. Além do mais, a oferta de trabalho também era sazonal pois aqueles que tinham suas próprias lavouras de alimentos na maior parte das vezes não podiam escolher entre trabalhar ou não (nas lavouras próprias) simplesmente pelo fato de que, em determinados períodos do ano, parte dos trabalhos agrícolas tinha de ser realizada e parte não podia ser feita, condicionando quando e de que maneira iriam ofertar sua mão-de-obra.

Isso poderia não ser um problema, caso as demandas e ofertas de trabalho fossem complementares ao longo do ano. No entanto, o que a documentação nos mostrou foi que as demandas e ofertas eram sazonais mas, em alguns casos, desencontradas. O período de maior demanda era o de menor oferta de trabalho, visto que tanto a agricultura para exportação quanto a de alimentos estavam submetidas às determinações dos ciclos naturais que exigiam dedicação às lavouras e às tarefas numa mesma época (estação fria e seca). Na outra época (estação de calor e chuva) a demanda caía sobremaneira e a oferta aumentava. Além do mais, mesmo quando a oferta e demanda de mão-de-obra não eram totalmente desencontradas, o tempo entre o término de uma atividade (colheita de milho, por exemplo, que era feita em abril) e o início de outra (a colheita do café, que começa em fins de abril) era muito próximo.

Assim, a sazonalidade da atividade agrícola pode dizer muito sobre a maneira como o mercado de trabalho agrícola se organizou. Em regiões do Estado altamente monocultoras a demanda por mão-de-obra se concentrava marcadamente num único período, havendo alto (des)emprego temporário e havendo necessidade, ao mesmo tempo, de grande exército de reserva para os momentos de pico:

“Por outras palavras, no intervalo das safras, sobram não poucos braços dos que trabalharam nas colheitas e ao menos que não disponha o fazendeiro de um trabalho suplementar,

em que ocupar as sobras, torna-se inevitável ou a dispensa desses braços, com o risco de fazerem falta na colheita seguinte, ou a sua conservação, ganhando a mesma cousa.” (Ramos, 1923:104).

Em regiões em que as diferentes culturas tinham ciclos complementares, poderia não haver grande desemprego nem falta de mão-de-obra: *“Nas regiões em que abundam as pequenas propriedades e nas quaes a cultura cerealifera é largamente praticada, há quase sempre abundancia de braços...”* (Boletim da Agricultura, 1913: 304).

Além da sazonalidade, a incerteza

Além da própria inconstância do trabalho ao longo de um único ano, proveniente das leis da natureza, a demanda por mão-de-obra na lavoura cafeeira, no período analisado, era inconstante por outros fatores: variava de região para região dependendo da fertilidade (regiões mais novas, portanto mais férteis, necessitavam de mais trabalhadores tanto para o trato do café, porque as ervas daninhas cresciam mais rapidamente, quanto para a colheita, pois os cafezais eram mais produtivos); variava de propriedade para propriedade (de acordo com a idade dos cafeeiros e com a distância entre um cafeeiro e outro, ou mesmo por causa das diferentes tarefas de que necessitava a propriedade em determinado momento); variava de ano para ano, pois um ano de boas colheitas podia ser sucedido por um de colheitas ruins, etc (Ramos, 1923; Davatz, 1951).

A tarefa de secagem do café nos terreiros, por exemplo, exigia mão-de-obra em quantidades variáveis e por tempo indeterminado. Se o café fosse posto para secar sem a casca (despolpado) e o sol favorecia, a secagem se realizava em poucos dias. Em caso contrário, se ele fosse posto para secar com a casca, a operação era mais demorada e ficava na dependência do bom ou mau estado do tempo e de cuidados especiais por parte dos operários do terreiro (Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, 1912: 20)

Tudo isto determinava uma grande dificuldade de se estimar a quantidade de mão-de-obra necessária, seja ao longo do ano agrícola, seja de ano para ano. Como as colheitas podiam variar muito de um ano para outro (*“É fato sabido no campo cafeeiro: as colheitas se sucedem mas não se parecem”*), e como os vários indícios de boa colheita podiam não se concretizar (*“Já se viu em outro lugar como uma florada está sujeita, às vezes, a completo fracasso. Para inutiliza-la em sua quase totalidade, basta, coincidindo com o desabrocho dos botões, que sobrevenha uma chuva pesada, um prolongado vento muito frio ou que, em virtude de secas anteriores ou de uma grande colheita estejam enfraquecidas as árvores.”*) era extremamente difícil para o fazendeiro estimar, ao certo e antecipadamente, o número de trabalhadores necessários (Ramos, 1923: 118).

Estas “dificuldades” parecem ter implicado mesmo a necessidade de que algum trabalhador (em não pequeno número) ficasse relegado à posição de reserva de mão-de-obra. Mas não uma

reserva que viria a ser explorada apenas anos mais tarde, como muitos autores já apontaram, mas uma reserva de mão-de-obra para estes momentos de pico de trabalho.

O trabalho temporário e os nacionais

Uma característica relacionada ao “trabalhador nacional” e fortemente apontada pelos fazendeiros (e pela própria historiografia que se debruçou sobre as fontes do período) para justificar a “quase não utilização” da mão-de-obra nacional foi a instabilidade destes trabalhadores que não se prestavam ao serviço regular. Ora, mas como vimos, o trabalho permanente (aquele que era regular ao longo do ano) não era o predominante. O que predominava, na realidade, era o trabalho irregular, isto é, o trabalho que era feito em épocas específicas e por determinado período de tempo. Como, então, um trabalhador “instável” não era utilizado como mão-de-obra justamente num ambiente em que o próprio trabalho era instável?

Antes da generalização do trabalho do volante na agricultura paulista (por volta da década de 60), o proprietário assalariava temporariamente pessoas para fazer frente às maiores exigências de trabalho no plantio e na colheita (especialmente) e procurava manter residindo na propriedade sua exigência média de braços, representada pelo número de trabalhadores necessários para os tratos culturais (Graziano, 1981: 112).

“Actualmente o lavrador conserva o pessoal indispensável, para não deixar perecer a lavoura, e se, por acaso, tem qualquer trabalho extraordinario, é forçado recorrer ao braço assalariado. Hoje, porém, nada compensa estas despesas, por isso, elle trata de concluir o serviço no menor praso possível e de despedir estes trabalhadores...”(Lacerda, 1903: 26).

São vários os indícios qualitativos, seja na documentação (Couty, 1984; Ramos, 1923; Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, 1912) seja na bibliografia (Furtado, 1959; Franco, 1983; Dean, 1977; Vangelista, 1991) que apontam para o trabalho temporário como o “lugar” ocupado pelo nacional nas fazendas. Mas parece-nos que a bibliografia, apesar de perceber que o brasileiro era o trabalhador temporário por excelência, tendeu a tratar o trabalho irregular (e, portanto, o trabalho do nacional) como um trabalho marginal e o trabalho estável como o preponderante, o que, como vimos acima, não consistia na realidade.

Nossa idéia é que a inserção irregular e sazonal (e muitas vezes conflitiva) do trabalhador nacional no mercado de trabalho não era residual, mas estrutural. A dependência do trabalho agrícola em relação aos ciclos e incertezas naturais gerava uma demanda incerta e sazonal por trabalho. Assim, o trabalhador nacional era parte importante e necessário na estruturação da atividade econômica da época, pois se adaptava (mesmo que de modo incerto e conflitivo) à demanda incerta e sazonal por trabalho.

Considerações finais

Há dois aspectos importantes a serem considerados quando tentamos mostrar as relações entre as exigências sazonais de mão-de-obra na agricultura e o trabalho dos nacionais no mercado de trabalho agrícola paulista: i) a sazonalidade da agricultura de exportação, que implicava em que houvesse mão-de-obra disponível para momentos diversos do ciclo de produção, isto é, que houvesse mão-de-obra suficiente, disponível para os momentos de pico de demanda, principalmente; ii) e a sazonalidade da agricultura de subsistência, que implicava na oferta desta mão-de-obra também de maneira sazonal.

Diversas fontes e mesmo boa parte da bibliografia aponta para a hipótese de o brasileiro ter sido usado “apenas” nos trabalhos irregulares da agricultura e, por isto, ele ter sido, na verdade, “quase não utilizado como mão-de-obra”. Quando levamos em conta que boa parte do trabalho agrícola era irregular, podemos então, relativizar esta hipótese de sua “quase não utilização”.

O que nos parece é que a bibliografia, ao ler os documentos, entendeu os trabalhos esporádicos e irregulares como um trabalho menos importante, “acessório”, menos importante em termos da atividade principal e menos importante em termos quantitativos. No entanto, o trabalho agrícola é irregular. O trabalho permanente é que é exceção. Apesar disso, isto é, apesar de ser muito importante, este tipo de trabalho dificultava (e dificulta até hoje) a formalização de contratos escritos, fazendo com que estes trabalhadores simplesmente não apareçam (ou apareçam pouco) na documentação, o que acabou por se propagar como o seu “pouco trabalho”.

Além do mais, tratar a mão-de-obra como instável parece estranho num mundo em que o próprio trabalho era instável. Prova de que o trabalho é que era instável, mais do que a mão de obra o era, foram as várias medidas sugeridas no período por fazendeiros, secretários de agricultura e pessoal técnico para tornar esta mão-de-obra “menos instável”. Todas as medidas passavam por estabilizar a *demand*a por trabalho, isto é, tentar fazer com que existissem oportunidades de trabalho ao longo de todo o ano agrícola. Esta necessidade, que as fontes designavam como a necessidade de “fixar o trabalhador ao solo”, consistia em dar ao trabalhador alternativas de trabalho no momento de “desocupação”, por meio das colônias estatais ou particulares, por meio do fomento à policultura ou mesmo por meio do sistema de colonato.

Se observarmos todos os expedientes utilizados pela agricultura paulista naquele momento, um fator predominará: o trabalho temporário complementado pelo trabalho na agricultura para subsistência. Para lidar com a questão da alta sazonalidade nas exigências de mão-de-obra, vários expedientes foram implementados, seja ocupar o trabalhador parte do tempo na produção da sua própria subsistência (como ocorria no colonato); seja na parceria; no arrendamento, com o compromisso de prestação de serviços temporários nas terras do proprietário; seja contratar a mão-de-obra de pequenos sítiantes da própria região ou de locais vizinhos que migravam periodicamente em busca de trabalho:

“as fazendas situadas nas proximidades de núcleos coloniais ou em cujas redondezas se desenvolveu a pequena propriedade (...) não lutam, pelo menos por ocasião das colheitas, com dificuldades tão grandes como as que assoberbam os proprietários de terras não favorecidos por aquelas duas condições” (Boletim do Departamento Estadual do Trabalho, 1917: 277).

A lavoura de subsistência, portanto, local do trabalho do “nacional” era também o reservatório de mão-de-obra necessário para as mais variadas atividades não contínuas e sazonais que existiam no trabalho agrícola. Por isso, nos locais onde a pequena lavoura de alimentos era insignificante, era importante a criação de núcleos coloniais estatais ou, em alguns casos, privados. Ao longo do período abrangido por esta pesquisa (1890-1915), a questão dos núcleos coloniais foi muito debatida entre fazendeiros e seus representantes. Muitos acreditavam que eles seriam uma possível solução para contornar o problema da sazonalidade da demanda por mão-de-obra constituindo-se em “viveiros de trabalhadores” onde os fazendeiros poderiam buscar mão-de-obra para as épocas de pico de trabalho:

“As colônias espalhadas pelo Estado oferecerão em certa quadra do anno trabalhadores úteis e desocupados que procurarão novos lucros na colheita que lhes proporcionará a lavoura cafeeira, dando logar a que esta poupe não só o empate na construção de numerosas casas, até aqui destinadas a manter os braços precisos para a garantia da safra, como os gastos avultados do custeio pela substituição das famílias de trabalhadores pelos instrumentos aperfeiçoados de cultura” (Revista Agrícola, 1905: 2).

Para estabilizar o trabalho, portanto, seria necessário encontrar soluções para que os trabalhadores tivessem meios de vida nos períodos de menor demanda por trabalho nas lavouras comerciais:

“...o recurso consistirá na vulgarização das culturas ou industrias susceptíveis de se consociarem á exploração cafeeira. Essas culturas ou industriais deveriam utilizar a mão de obra durante 8 mezes do anno e deixal-a disponivel durante a colheita do café”. (Boletim da Agricultura, 1915: p. 47).

Como vimos, portanto, dada a demanda sazonal e incerta por mão-de-obra, o trabalho temporário (e o trabalhador temporário e, então, o trabalho do nacional) não era “residual” e “dispensável dos processos produtivos essenciais”. Era, na verdade, estrutural, no sentido em que era necessário para o funcionamento da agricultura, em especial para a agricultura para exportação.

Referências Bibliográficas

A Cidade de Ytú, 07/06/1896.

Almanach Illustrado do Lavrador Paulista organizado por Julio Brandão Sobrinho, inspector do Io districto Agronomico. São Paulo: Duprat & Comp. 1906

- Beiguelman, Paula. A Formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. São Paulo: Editora Nacional, 1971.
- Brandão, Carlos Rodrigues. Os caipiras de São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- Calendario Agrícola de S. V. Vignerón Jousselandière”. *Catechismo de agricultura para uso das Escolas de Instrução primaria do Brasil por Antonio de Castro Lopes*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1869.
- Condições do trabalho na lavoura cafeeira do Estado de S. Paulo. *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, 1912, n. 1 e 2.
- Couty, Louis. *O Brasil em 1884; esboços sociológicos*. Rio de Janeiro: 1984.
- Davatz, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil, 1850*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1951.
- Dean, Warren. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- Eisenberg, Peter L. Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – século XVIII e XIX. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1989.
- Emigração interregional para as colheitas. *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, n. 23, 1917.
- Franco, Maria Sylvania de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Kairós, 1983.
- Furtado, Celso. Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Fondo de Cultura, 1959.
- Gorender, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo, Ática, 1985.
- Graziano da Silva, José. Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981.
- Lacerda, Candido F. *Estudo da Meiação, Parceria, etc. e das suas vantagens. Propaganda para os lavradores e colonos por Candido F. de Lacerda*. SP: Typographia Brazil de Carlos Gerke, 1903.
- Lamounier, Maria Lúcia. Ferrovias, agricultura de exportação e mão-de-obra no Brasil no século XIX. *História Econômica & História de Empresas*, vol. III. 1, 2000, p. 43-76.
- Lamounier, Maria Lúcia. Agricultura e mercado de trabalho: trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890. *Estudos Econômicos*, jun 2007, vol. 37, n. 2, p.353-372.
- Malta, Francisco de Toledo. Homestead. *Revista Agrícola*, n. 114, anno X, jan 1905.
- Martins, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- Moura, Denise Soares de. Cafeicultores e lavradores de roças de alimentos na transição do(trabalho escravo ao livre (Campinas, 1850-1888). (trabalho apresentado ao I Seminário de História do Café: História e Cultura material. Museu Republicano Convenção de Itu, Museu Paulista/USP,

novembro de 2006).

Ramos, Augusto. *O café no Brasil e no estrangeiro*. Rio de Janeiro: Pap. Santa Helena, 1923.

Rosane Carvalho Messias. *O cultivo do café nas bocas de sertão paulista. Mercado interno e mão-de-obra no período de transição: 1830-1888*. SP: Ed. da Unesp, 2003.

Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. *Boletim da Agricultura*. Anno de 1913. São Paulo: 14a serie, n. 5, maio de 1913.

Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas do Estado de São Paulo. *Boletim da Agricultura*. Anno de 1914. São Paulo: 15a serie, ns. 11-12, novembro-dezembro de 1915.

Secretaria dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. *Relatorio apresentado ao Dr. Domingos Corrêa de Moraes, vice-presidente do Estado, pelo Dr. Antonio Candido Rodrigues, secretario da Agricultura*. Anno de 1901. São Paulo: Typ. do Diario Official, 1902.

Vangelista, Chiara. *Os Braços da Lavoura. Imigrantes e "Caipiras" na Formação do Mercado de Trabalho Paulista (1850-1930)*. São Paulo: Hucitec, Instituto Italiano di Cultura, Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1991.